

A fome e a água

Data: 25/2/2005

Por Henrique Cortez, ambientalista e subeditor do Jornal do Meio Ambiente

Para nós, do Sul e do Sudeste, o sertão é uma incógnita. Vários anos de seca, seguidos de chuvas intensas, alagamentos e inundações. Ora as reportagens mostram o chão ressecado, ora cidades alagadas.

Sem um contato mais próximo, ficamos com a impressão de que o semi-árido é amaldiçoado e que jamais devia ter sido habitado. Conheço a região há anos e, ao longo do tempo, conversei com inúmeras pessoas, com as mais diferentes opiniões e percepções, mas sempre com a mesma perplexidade.

No início de 2004, por exemplo, os alagamentos e inundações foram resultantes da conjunção de fenômenos climáticos razoavelmente raros: o aquecimento do oceano, com aumento da evaporação, somado à chegada de uma forte frente fria. Como os poucos rios perenes estão rasos demais, em razão do assoreamento, e o solo quase vitrificado por muitos anos de seca sob sol intenso, a água da chuva deslocou-se com grandes velocidade e intensidade, formando correntes violentas.

A última vez que esses fatores ocorreram em conjunto foi há 45 anos - e, antes disso, apenas em 1910. Como resultado tivemos precipitações cinco vezes maiores do que a média histórica. Daí às inundações foi um passo.

De qualquer forma, o problema fundamental continua na seca, no estresse hídrico, no déficit hídrico (evaporação superior à precipitação), no manejo inadequado das reservas de água e na falta de um programa que perenize centenas de rios. Acima de tudo, a seca é resultado de condições geográficas e climáticas. Não existe combate à seca; no máximo teremos como conviver com ela, da mesma forma como os esquimós convivem com a neve.

Com essa visão, tentei registrar a realidade do semi-árido e da seca, em fotodocumentário que realizei ao longo da Bacia Hidrográfica Piranhas-Açu, base da exposição Fome de Água no Centro Cultural dos Correios, no início de 2004. Esta será uma das bacias receptoras do eixo norte da projetada transposição das águas do Rio São Francisco. Apesar da proximidade da bacia hidrográfica, a maioria das cidades visitadas e retratadas estava em estado de emergência em razão da seca. Simplesmente em razão do déficit hídrico, da superexploração e, até novembro de 2003, de três anos sem chuvas.

Não temos realmente consciência do que sejam as características e os problemas do semi-árido. O convívio com a seca, o combate à fome e a erradicação da miséria são ações de médio e longo prazo que exigem compreensão do problema, conhecimento da situação e comprometimento com a execução de programas corretivos.

Relativamente poucas pessoas realmente leram Os Sertões e Vidas Secas e, mesmo esses poucos, têm dificuldade de compreender o que realmente é a

vida no sertão, que não mudou tanto desde que essas obras-primas foram escritas.

É necessário romper os preconceitos para com a região e compreender que é possível desenvolver modelos de convivência com a seca tendo como resultado o combate ao maior flagelo da região - a fome. A fome no semi-árido está claramente associada à seca e, mais precisamente, ao acesso à água. Água para beber, para irrigar, para viver dignamente.

O acesso à água é a chave para o combate à fome. Mas esta observação não é uma emocionada defesa da transposição do Rio São Francisco. Ao contrário embasa minha oposição aos equívocos deste projeto e demonstra que este projeto nada significará para milhões de pessoas que continuarão sem acesso à água.

Este projeto de transposição, que é em essência o mesmo do governo Fernando Henrique Cardoso, foi concebido para oferecer segurança hídrica aos grandes reservatórios. O próprio RIMA demonstra que seu uso será 70% para agricultura irrigada, 26% para uso dos grandes centros urbanos e apenas os 4% restantes para o uso difuso, ou seja, para a população isolada e dispersa. E isto em apenas 5% do semi-árido.

A agricultura irrigada, neste caso, é a fruticultura e a carcinocultura, o rosto do agronegócio exportador no semi-árido. O agronegócio já está na região há mais de 20 anos e pouco ou nada contribuiu para a geração de emprego e renda na região ou de padrões mínimos de verdadeira inclusão social.

A transposição segue a lógica centenária de que a seca no semi-árido pode ser combatida e supõe grandes intervenções, grandes obras, um salvacionista programa tão monumental quanto o problema da seca.

Nisto está a essência da criação do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS, em 1945. A distorcida visão de combate à seca através de obras, principalmente a construção de açudes e/ou reservatórios.

O DNOCS já construiu 291 açudes públicos, armazenando mais de 15,3 bilhões de metros cúbicos de água. Na verdade, o conjunto de açudes e reservatórios, públicos e privados, do Nordeste possuem potencial de armazenamento superior a 30 bilhões de metros cúbicos de água. Este volume potencial de armazenamento já seria, em tese, mais do que suficiente para atender à demanda da população do semi-árido.

No entanto, são freqüentes as imagens de açudes quase vazios, mas, ainda assim, com bombas de sucção superdimensionadas, captado grandes volumes de água para irrigação, mesmo com a maior parte da população do entorno sedenta e dependendo de carros e jegues-pipa, em clara violação da lógica, da ética e da legislação.

Muitos destes açudes “pireis” estão salinizados e/ou contaminados por esgotos, algas tóxicas e resíduos agrotóxicos, tornando a água imprópria para consumo humano e animal. No entanto, a população precisa usar esta água imprópria pela mais absoluta falta de alternativa. Esta é a realidade da maioria das cacimbas tão comuns na região.

Dizer que alguns reservatórios são de “açúcar” ou “sonrisal” é uma forma jocosa de indicar a facilidade com que eles, por serem subdimensionados e mal projetados, não suportam a carga adicional em caso de chuvas mais intensas, como aconteceu no início de 2004, quando em razão de precipitações 5 vezes maiores do que a média histórica, dezenas destas

barragens entraram em colapso.

Ainda hoje muitos dos reservatórios perdidos no início de 2004 não foram recuperados e outros tantos possuem sérios problemas de segurança por falta de manutenção, sempre sob o argumento da falta de verbas.

Não basta um gigantesco esforço para a construção de açudes e barragens porque é absolutamente necessário um modelo de gerenciamento que garanta a sua eficiência e seu uso racional. Lamentavelmente isto ainda não foi sequer debatido, quanto mais solucionado.

Ao longo do tempo e dos mais diversos governos federais, ficou demonstrado que, independente dos problemas crônicos de gerenciamento da açudagem, este conjunto de obras não atendeu à sua razão primeira – garantir à população do semi-árido uma convivência minimamente digna com a seca.

Em resposta ao fracasso das grandes obras contra a seca, retoma-se a proposta de solucionar o problema com uma mega-obra. Pena que ela não vá levar água aos que tem sede, porque não é este o seu objetivo. Ela garantirá os crescentes volumes de água exigidos pelo agronegócio exportador.

Este projeto, como todas as outras grandes obras que pretensamente combateriam a seca, não atende aos maiores desafios da região: a regularização fundiária, o acesso à água e um projeto de desenvolvimento baseado na agricultura familiar.

Os recursos previstos no orçamento de 2005 (mais de R\$ 600 milhões) já seriam suficientes para construir mais de um milhão de cisternas de placas, atendendo mais de 5 milhões de pessoas.

Nas regiões Sul e Sudeste, os programas de convivência com a seca no semi-árido são pouco conhecidos. O mais importante e significativo é o P1MC – Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais, coordenado pela Articulação no Semi-Árido Brasileiro – ASA (www.asabrasil.org.br). O programa P1MC, lançado em 2000, tem como meta construir, em cinco anos, um milhão de cisternas de placas na região, que proporcionarão água limpa e de qualidade para cinco milhões de pessoas. O programa já construiu mais de 54 mil cisternas, que beneficiam 260 mil pessoas.

Sua importância pode ser compreendida a partir do fato que uma cisterna, com 15 mil litros em média, pode garantir o fornecimento de água para uma família de 5 pessoas por 8 meses, que é o período normal de estiagem na região.

Um amplo e bem organizado programa de apoio à construção de cisternas, com plena integração federal – estadual – municipal, não apenas seria uma micro-solução importante para a sobrevivência do sertanejo, como também, ao eliminar a indústria dos carros e jegues-pipa, seria um grande golpe no modelo mais demagógico do coronelismo.

Um projeto equivocado como a transposição do rio São Francisco manterá as frequentes imagens de rios completamente secos, de açudes exauridos e de ricas áreas irrigadas ao lado da mais impensável aridez, simplesmente porque não visa criar garantias de acesso à água.

Muitas vezes vemos adutoras tão próximas e, ao mesmo tempo, tão

distantes de tantos. Não adianta tangenciar o problema - precisamos garantir o acesso à água. O acesso à cidadania.

Para nós o acesso à água é tão simples: abrir uma torneira. Para milhões de brasileiros, é sonho distante.

Henrique Cortez < henrique@camaradecultura.org >

© Copyright 2002 • Jornal do Meio Ambiente - Todos os Direitos Reservados -
Desenvolvido por : Vorax